

3 DEZ 1987

Congresso não folga: vai vigiar o Executivo.

JORNAL DA TARDE

Vigília cívica? Por esta, o ministro Bresser Pereira e seu chefe Sarney não esparavam: as lideranças políticas acertaram ontem em Brasília a convocação extraordinária do Congresso durante todo o recesso parlamentar, de 6 de dezembro a 28 de fevereiro. A finalidade prioritária mas não exclusiva do "plantão" é manter o poder legislativo mobilizado para assumir posição diante de eventuais decretos-leis ou projetos do governo na área fiscal.

O acordo foi acertado entre o presidente do Senado, Humberto Lucena, o líder do PFL e autor da sugestão, senador Carlos Chiarelli, o líder do PMDB, Fernando Henrique Cardoso, e os líderes do PMDB e PFL na Câmara, respectivamente Ibsen Pinheiro e José Lourenço, além de representantes de pequenos partidos. A decisão foi comunicada ao presidente da Constituinte e da Câmara, deputado Ulisses Guimarães.

O número regimental de assinaturas para a convocação extraordinária do Congresso — 2/3 dos senadores e igual percentual dos deputados — já foi obtido no Senado; e, segundo estimativas de Chiarelli, deverá ser alcançado ainda hoje na Câmara. Tão logo isto aconteça — assegura o líder do PFL no Senado — a mesa do Congresso votará em regime de urgência projeto de resolução que cancela, especificamente para esta convocação extraordinária, os benefícios pecuniários a que os parlamentares teriam direito.

Com a convocação, ainda segundo Chiarelli, deixa de haver razão para a Constituinte elaborar projeto de decisão suspendendo a aplicação de medidas tributárias de iniciativa do executivo e que implicariam em limitação da soberania da assembléia.

Imposto

Também em Brasília, o deputado Delfim Neto disse ontem que "o imposto sobre o patrimônio líquido poderia ser uma boa idéia se estruturada de outra forma e dentro de um contexto de reais mudanças no sistema tributário, mas foi lançado com vedetismo e preocupação política". Uma medida isolada, na opinião de Delfim, não contribuiria para resolver a necessidade de mais arrecadação por parte do governo nem de justiça social em favor das classe mais pobres.

O deputado José Serra, ex-secretário da Fazenda de São Paulo, acha também que o imposto sobre o patrimônio líquido, apesar de ser pouco rentável para o Estado e não ser a melhor forma de taxar as grandes fortunas, foi lançado com inabilidade pelo ministro Bresser Pereira. "Fica difícil assegurar o êxito de uma prática nova quando logo após o proponente viaja ao exterior", afirmou Serra.